

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO -
SANTANDER SUSTENTÁVEL**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	17
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER SUSTENTÁVEL - REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 de Junho de 2022.....	22
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SUSTENTÁVEL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	25
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SUSTENTÁVEL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	27
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	29
Nota 1 – Capital do Fundo.....	30
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	31
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	32
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial.....	35
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	35
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	36
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	36
Nota 15 – Custos Imputados.....	37
Nota 17 – Factos relevantes.....	37

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspetivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado

manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido

um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspectivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspectivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo

da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa, mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

O primeiro semestre do ano ficou marcado por uma elevada volatilidade tanto nos mercados acionistas como obrigacionistas, e por uma crescente inflação. A invasão da Ucrânia acelerou o aumento da inflação, e em resposta, os Bancos Centrais atuaram de forma contundente. Isto conduziu as taxas de juros a níveis máximos e a um drástico ajuste na valorização dos ativos de risco. Perante este cenário, a gestão adotou uma postura cautelosa com uma gestão dinâmica das coberturas em carteira.

Por um lado, reduziu-se significativamente a exposição ao mercado acionista desde o início do ano, embora, dada a aparente flexibilização das taxas de juros, tenha sido realizado um aumento tático do risco em maio, com o anúncio das últimas medidas dos Bancos Centrais, a gestão reduziu a exposição para 18,1% no final de junho. Em maio a equipa de gestão aumentou o peso relativo dos EUA em relação à Europa, já que os EUA foram mais penalizados pelas correções de abril. Vale destacar a venda, em junho, do fundo temático *BNP Paribas Funds Aqua*.

Em relação à componente obrigacionista, a *duration* foi significativamente reduzida em junho, através da venda de dívida pública alemã a 10 anos. Relativamente ao crédito, foi reduzido o peso a crédito *Investment Grade* em abril, e em junho a gestão vendeu a posição no fundo de crédito *High Yield Floating*. No final de junho a *duration* do fundo era de 1,9 anos.

O fundo obteve uma rendibilidade negativa no primeiro semestre do ano, em termos absolutos e em relação ao seu índice de referência. A perda de rendibilidade absoluta é explicada principalmente pelo fraco desempenho das bolsas de valores, onde todas as regiões sofreram perdas. O alargamento dos spreads de crédito teve um forte impacto na valorização das posições de crédito *Investment Grade* e *High Yield*, e esta foi a principal perda de desempenho em relação ao índice de referência. O aumento das taxas de juros afetou o mercado obrigacionista em geral, embora a componente de dívida pública do fundo tenha apresentado um desempenho superior ao do índice.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	1 883 138	4,9283
2019	21 662 065	5,2130
2020	26 804 018	5,2137
2021	39 721 164	5,2901

Em 30 de Junho de 2022, o valor líquido global do Fundo ascendia a 178 893 808,64 euros, repartidos por 37 072 155 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 4,8256 euros.

Performance

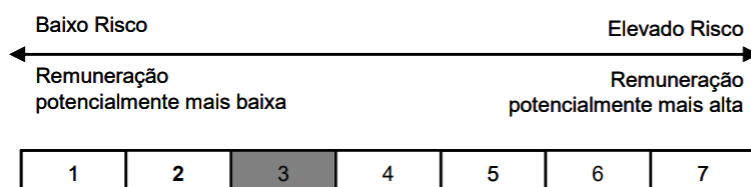
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	5,78%	1,99%	3
2020	0,02%	6,71%	3
2021	1,46%	4,52%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade do fundo é de -8,7% e a classe de risco é de 3 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Desde o início do Fundo:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de Agosto 2020.

Custos e Proveitos

Descritivo	2022-06-30	2021-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	72 182	205 385	-133 203	-65%
Rendimento de Títulos	666 451	419 545	246 907	59%
Ganhos em Operações Financeiras	24 618 677	18 351 487	6 267 190	34%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	4 506	316	4 190	1325%
Total	25 361 816	18 976 733	6 385 083	34%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	9 003	50 753	-41 750	-82%
Comissões e Taxas	1 195 787	941 170	254 616	27%
Comissão de gestão	1 067 259	839 698	227 560	27%
Comissão de depósito	33 958	26 718	7 241	27%
Outras comissões e taxas	94 570	74 755	19 816	27%
Perdas em Operações Financeiras	42 112 863	15 675 193	26 437 670	169%
Impostos	92 917	74 310	18 607	25%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	2 489	1 980	509	26%
Total	43 413 059	16 743 406	26 669 653	159%
Resultado do Fundo	-18 051 243	2 233 327	-20 284 570	-908%

Demonstração do Patrimônio

Descritivo	2022-06-30	2021-12-31
Valores mobiliários	169 773 963	201 553 124
Saldos bancários	7 244 785	8 190 159
Outros ativos	2 979 890	1 343 809
Total dos ativos	179 998 637	211 087 093
Passivo	1 104 829	959 271
Valor Líquido do OIC	178 893 809	210 127 822

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	169 790 169	94,33%	201 654 993	95,53%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	143 487 737	79,72%	164 718 543	78,03%
<i>Títulos de dívida pública</i>	67 465 984	37,48%	71 313 474	33,78%
<i>Ações</i>	29 202 745	16,22%	36 314 532	17,20%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)</i>	46 809 002	26,01%	57 090 537	27,05%
<i>Direitos</i>	9 868	0,01%	-	0,00%
<i>Opções</i>	10 007	0,01%	-	0,00%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	26 302 431	14,61%	36 936 450	17,50%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	26 302 431	14,61%	36 936 450	17,50%
Total do ativo	179 998 637	94,33%	211 087 093	95,53%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflète o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico

- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2022) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 179 998 637 euros e um total de capital do Fundo de 178 893 809 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 18 051 243 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Sustentável**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema

de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso

relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo


Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER
SUSTENTÁVEL - REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 de Junho de 2022**

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2022-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO			
Código		2022-06-30			2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido			Líquido	
	Outros Activos								
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Capital do OIC		
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	185 360 773	198 605 818
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					62	Variações Patrimoniais	8 416 129	8 353 855
	Carteira de Títulos					64	Resultados Transitados	3 168 150	879 419
21	Obrigações	68 637 894		(1 188 115)	67 449 779	65	Resultados Distribuídos		
22	Ações	32 260 054	822 516	(3 889 692)	29 192 878	66	Dividendos antecipados das SIM	(18 051 243)	2 288 731
23	Outros Títulos de Capital						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>178 893 809</u>	<u>210 127 822</u>
24	Unidades de Participação	78 393 491	34 252	(5 316 311)	73 111 432	481	Provisões Acumuladas		
25	Direitos	25 131	9 868	15 125	19 875		Provisões para Encargos		
26	Outros Instrumentos da Dívida						<i>Total de Provisões Acumuladas</i>		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>179 316 570</u>	<u>866 635</u>	<u>(10 409 243)</u>	<u>169 773 963</u>		Terceiros		
	Outros Activos					421	Resgates a Pagar aos Participantes	315 400	703 880
31	Outros activos					422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	<i>Total de Outros Activos</i>					423	Comissões a Pagar	192 204	223 168
	Terceiros					424+...+429	Outras contas de Credores	585 130	25 338
411+...+ 418	Contas de Devedores	2 931 077			2 931 077	43+12	Empréstimos Obtidos		
424	Estado e Outros Entes Públicos					44	Pessoal		
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>2 931 077</u>			<u>2 931 077</u>	46	Accionistas		
	Disponibilidades						<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>1 092 735</u>	<u>952 386</u>
11	Caixa						Acréscimos e diferimentos		
12	Depósitos à Ordem	7 244 785			7 244 785	55	Acréscimos de Custos	7 681	6 361
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					56	Receitas com Provento Diferido		
14	Certificados de Depósito					58	Outros Acréscimos e Diferimentos	4 413	524
18	Outros Meios Monetários					59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7 244 785</u>			<u>7 244 785</u>		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>12 094</u>	<u>6 885</u>
	Acréscimos e diferimentos						TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>179 998 637</u>	<u>211 087 093</u>
51	Acréscimos de Proveitos	17 442			17 442				
52	Despesas com Custo Diferido								
58	Outros acréscimos e diferimentos	31 371			31 371				
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)				
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>48 813</u>			<u>48 813</u>				
	TOTAL DO ACTIVO	<u>189 541 245</u>	<u>866 635</u>	<u>(10 409 243)</u>	<u>179 998 637</u>				
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>37 072 155</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>4,8256</u>	<u>5,2901</u>

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-06-30	2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	8 105 517	10 691 606	915	Futuros	7 419 697	7 399 521
	<i>Total</i>	<u>8 105 517</u>	<u>10 691 606</u>		<i>Total</i>	<u>7 419 697</u>	<u>7 399 521</u>
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções	10 006		934	Opções		
935	Futuros	11 264 320	11 679 406	935	Futuros	8 866 760	4 124 579
	<i>Total</i>	<u>11 274 326</u>	<u>11 679 406</u>		<i>Total</i>	<u>8 866 760</u>	<u>4 124 579</u>
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>19 379 843</u>	<u>22 371 012</u>		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>16 286 457</u>	<u>11 524 100</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>16 286 457</u>	<u>11 524 100</u>	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>19 379 843</u>	<u>22 371 012</u>

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER SUSTENTÁVEL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE
JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: **2022-06-30**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2022-06-30	2021-06-30	Código		2022-06-30	2021-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	9 003	50 753	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	70 677	205 251
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	1 505	134
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	52 731	25 294		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	1 130 366	896 686	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	666 451	419 545
729	De Operações Extrapatrimoniais	12 690	19 191	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	26 157 578	7 539 525	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	10 205 323	8 903 126
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	15 955 285	8 135 667	839	Em Operações Extrapatrimoniais	14 413 354	9 448 361
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	92 917	74 310	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	4 506	316
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>25 361 816</u>	<u>18 976 733</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 489	1 980		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>43 413 059</u>	<u>16 743 406</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período		<u>2 233 327</u>	66	Resultado Líquido do Período	<u>18 051 243</u>	
	TOTAL	<u>43 413 059</u>	<u>18 976 733</u>		TOTAL	<u>43 413 059</u>	<u>18 976 733</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(15 267 857)	1 963 103	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(1 554 622)	1 293 503	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(17 958 326)	2 307 637
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(18 051 243)	2 233 327	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(18 051 243)	2 233 327

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SUSTENTÁVEL REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2022	30-06-2021
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	9 897 125	42 175 167
Subscrições de unidades de participação	9 897 125	42 175 167
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(23 468 375)	(10 354 233)
Resgates de unidades de participação	(23 468 375)	(10 354 233)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(13 571 250)	31 820 934
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	150 724 878	79 449 423
Venda de títulos e outros ativos da carteira	115 230 225	45 127 564
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	13 952 000	8 151 000
Resgates de unidades de participação noutras OIC	20 767 051	25 562 763
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	619 264	374 919
Juros e proveitos similares recebidos	156 339	233 177
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(133 875 415)	(103 939 772)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(127 734 682)	(60 491 791)
Subscrição de unidades de participação noutras OIC	(6 077 489)	(43 363 877)
Comiss. de Bolsa	(34 072)	
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(1 130)	(44 397)
Comissões de Bolsa suportadas		(12 194)
Comissões de corretagem	(9 978)	(4 927)
Outras taxas e comissões	(18 064)	(22 587)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	16 849 464	(24 490 349)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	30 853 390	17 295 767
Operações cambiais	17 025 909	8 215 682
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	13 827 481	9 080 085
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(33 836 978)	(16 303 374)
Operações cambiais	(17 126 207)	(8 123 883)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(15 812 370)	(8 045 501)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(885 500)	(116 175)
Comissões em contratos de futuros	(12 902)	(17 815)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(2 983 589)	992 393
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	10 588	9 335
Juros de depósitos bancários	746	123
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	9 842	9 213
PAGAMENTOS:	(1 250 588)	(928 511)
Juros Disp./Emprst.	(7 729)	(6 472)
Comissão de gestão	(1 136 937)	(847 218)
Comissão de depósito	(36 175)	(26 957)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(67 598)	(47 695)
Outros pagamentos correntes	(2 149)	(169)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(1 239 999)	(919 176)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(945 375)	7 403 802
Disponibilidades no Início do Período:	8 190 159	7 179 192
Disponibilidades no Fim do Período:	7 244 785	14 582 994

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2021-12-31	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2022-06-30
Valor base	198 605 818	9 679 914	(22 924 959)	-	-	-	185 360 773
Diferença p/Valor Base	8 353 855	217 211	(154 937)	-	-	-	8 416 129
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	879 419	-	-	-	2 288 731	-	3 168 150
Resultados do período	2 288 731	-	-	-	(2 288 731)	(18 051 243)	(18 051 243)
Total	210 127 822	9 897 125	(23 079 896)	-	-	(18 051 243)	178 893 809
Nº de Unidades participação	39 721 164	1 935 983	(4 584 992)	-	-	-	37 072 155
Valor Unidades participação	5,2901	5,1122	5,0338	-	-	-	4,8256

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	1
Ups < 0.5%	11 161
TOTAL	11 162

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2022	30/jun/22	178 893 809	4,8256	37 072 155
	31/mai/22	189 041 678	4,9983	37 821 365
	30/abr/22	192 575 631	5,0293	38 290 560
	31/mar/22	196 545 405	5,0951	38 575 294
	28/fev/22	200 965 393	5,1027	39 384 245
	31/jan/22	206 226 219	5,1737	39 860 107
2021	31/dez/21	210 127 822	5,2901	39 721 164
	30/set/21	193 518 812	5,2734	36 697 144
	30/jun/21	173 890 715	5,2852	32 901 592
	31/mar/21	152 625 719	5,2173	29 253 977
2020	31/dez/20	139 748 308	5,2137	26 804 018
	30/set/20	127 126 992	5,0568	25 139 937
	30/jun/20	123 222 836	4,9903	24 692 464
	31/mar/20	118 670 207	4,8639	24 398 096

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
RAGB 0.5% 20/04/27	339 290	-	(26 743)	312 547	320	312 866
SPGB 0% 31/05/24	16 353 378	-	(225 317)	16 128 061	-	16 128 061
SPGB 0 31/01/26	910 762	-	(58 357)	852 405	-	852 405
SPGB 0 31/01/25	1 625 434	-	(69 499)	1 555 935	-	1 555 935
OBL 0 18/10/24	15 102 970	-	(317 251)	14 785 719	-	14 785 719
OBL 0 11/04/25	720 223	-	(31 147)	689 076	-	689 076
BTPS 2.45 01/10/23	2 627 058	-	(41 293)	2 585 765	15 460	2 601 226
BTPS 0 15/04/24	1 758 486	-	(21 416)	1 737 070	-	1 737 070
BTPS 0 30/01/24	9 379 087	-	(165 175)	9 213 912	-	9 213 912
BOTS 0 13/01/23	3 112 658	-	(15 300)	3 097 358	-	3 097 358
FRTR 1% 25/05/27	453 618	-	(38 752)	414 866	427	415 293
FRTR 0 25/03/24	15 267 564	-	(137 089)	15 130 475	-	15 130 475
FRTR 0 25/03/25	987 366	-	(40 778)	946 588	-	946 588
	68 637 894	-	(1 188 117)	67 449 777	16 207	67 465 984
01.01.04 - Acções						
NATIONAL GRID PLC	449 500	-	(62 104)	387 396	-	387 396
Koninklijke Dsm Nv	1 022 832	-	(59 568)	963 264	-	963 264
RCF FP Equity	365 232	8 433	-	373 665	-	373 665
BANC INTES SANP SPA	835 771	-	(265 432)	570 339	-	570 339
Air Liquide	782 787	14 760	-	797 547	-	797 547
LINDE PLC	325 460	-	(22 194)	303 266	-	303 266
Carrefour	397 449	37 339	-	434 788	-	434 788
SANOFI - AVENTIS	634 051	117 016	-	751 067	-	751 067
LVMH	970 917	-	(76 263)	894 654	-	894 654
ESSILORLUXOTTICA	729 375	-	(55 458)	673 917	-	673 917
Schneider	210 923	-	(8 945)	201 978	-	201 978
Veolia Environement	1 172 287	-	(104 068)	1 068 219	-	1 068 219
Saint Gobain	283 767	9 194	-	292 961	-	292 961
B. Nationale Paris	1 525 285	-	(380 454)	1 144 831	-	1 144 831
St. MicroElectronics	730 313	-	(35 873)	694 440	-	694 440
Andritz AG	630 613	35 129	-	665 742	-	665 742
CONVATEC GROUP PLC	489 358	20 147	-	509 505	-	509 505
POD POINT HOLD	387 655	-	(130 280)	257 375	-	257 375
JD SPORTS FASHION PL	385 680	-	(22 946)	362 734	-	362 734
IMI PLC	728 264	-	(91 738)	636 526	-	636 526
WALLBOX NV	1 223 495	-	(443 885)	779 610	-	779 610
Diageo Plc	261 924	-	(3 369)	258 555	-	258 555
MOWI ASA	687 283	159 526	-	846 809	-	846 809
Enel SPA	959 900	-	(146 869)	813 031	-	813 031
DECEUNINCK NV	190 756	-	(81 257)	109 499	-	109 499
AMUNDI SA	330 850	-	(633)	330 217	-	330 217
Deutsche Post Ag-Reg	486 353	-	(64 263)	422 090	-	422 090
Fresenius SE CO	670 706	-	(163 568)	507 138	-	507 138
MERCEDES-BENZ GROUP	248 567	-	(47 566)	201 001	-	201 001
LLOYDS BANKING GROUP	795 228	-	(155 430)	639 798	-	639 798
Tesco PLC	535 311	-	(44 913)	490 398	-	490 398
UPM-Kymmene OYJ	110 589	9 658	-	120 247	-	120 247
Astrazeneca Plc	663 108	303 757	-	966 865	-	966 865
ASML Holding NV	357 026	-	(54 797)	302 229	-	302 229
Banco Santander SA	786 553	-	(110 163)	676 390	-	676 390
KONINKLIJKE AHOLD NV	531 292	-	(39 835)	491 457	-	491 457
PHILIPS LIGHTING	683 004	-	(103 163)	579 841	-	579 841
Roche Holding Genuss	931 559	-	(75 376)	856 183	-	856 183
ADYEN NV	321 238	7 812	-	329 050	-	329 050
VALEO SA	333 709	-	(22 160)	311 549	-	311 549
VERALLIA	837 237	-	(77 433)	759 804	-	759 804
MICHELIN (CGDE)	277 663	-	(42 537)	235 126	-	235 126
NESTLE SA - Resgist	230 204	20 312	-	250 516	-	250 516
ORSTED AS	246 246	-	(12 183)	234 063	-	234 063
NOVOB DC	335 820	6 500	-	342 320	-	342 320
GREENERGY RENEWABLES	481 514	41 322	-	522 836	-	522 836
CONSTRUCC Y AUX DE F	909 474	-	(171 708)	737 766	-	737 766
ELECNOR SA	409 577	31 609	-	441 186	-	441 186
FLUIDRA SA	10 980	-	(4 694)	6 286	-	6 286
INDITEX Equity	771 005	-	(168 083)	602 922	-	602 922
Acs Activ. Cons/Serv	11 577	-	(336)	11 241	-	11 241
GEORG FISCHER-REG	355 058	-	(29 261)	325 797	-	325 797
GRIFOLS SA - B	844 350	-	(134 568)	709 782	-	709 782
CIE FIN RICHEMO-A	556 440	-	(79 726)	476 714	-	476 714
UBS Group AG	361 968	-	(40 555)	321 413	-	321 413
APERAM - W/I	294 392	-	(21 601)	272 791	-	272 791
Befesa Sa	1 160 580	-	(234 436)	926 144	-	926 144
	32 260 054	822 514	(3 889 691)	29 192 877	-	29 192 877

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs)						
ETF iShares EUR Corp	18 768 773	-	(662 145)	18 106 628	-	18 106 628
ISHARES JPM EMLCL G	515 171	-	(97 715)	417 456	-	417 456
SPDR BBG 0-3 EURO CO	8 422 130	-	(284 013)	8 138 117	-	8 138 117
SPDR EMLC USD BASE	352 016	-	(74 543)	277 474	-	277 474
ISHARES EDGE MSCI WR	1 603 277	-	(190 291)	1 412 986	-	1 412 986
AMUNDI ECRP SRI 0-3	3 545 327	-	(117 018)	3 428 309	-	3 428 309
UBS ETF B. US LQ. C	1 372 370	-	(126 150)	1 246 220	-	1 246 220
X EUR HIGH YIELD COR	380 940	-	(32 396)	348 544	-	348 544
AMUNDI IEACS ETF DR	13 513 283	-	(1 436 470)	12 076 813	-	12 076 813
AMUNDI US CORP SRI U	1 565 157	-	(208 700)	1 356 457	-	1 356 457
	50 038 443	-	(3 229 441)	46 809 002	-	46 809 002
01.01.06 - Direitos						
Greenvolt Dir	-	9 868	-	9 868	-	9 868
	-	9 868	-	9 868	-	9 868
01.01.08 - Opções						
UEAU2C 1.14 SET 22	13 141	-	(11 029)	2 112	-	2 112
UEAV2C 1.13 OUT22	11 990	-	(4 095)	7 895	-	7 895
	25 131	-	(15 124)	10 007	-	10 007
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs)						
PGIS-EMRGNG MKTS BD-	1 406 253	-	(265 296)	1 140 957	-	1 140 957
BARINGS EM MK LOC DB	764 569	-	(154 846)	609 723	-	609 723
CANDRIAM SUS BD EC-I	9 780 544	-	(1 243 657)	8 536 887	-	8 536 887
NORDEA 1 SIC-GCL ENV	573 279	34 253	-	607 532	-	607 532
BNP PAR SUS ENH BD 1	15 830 403	-	(423 071)	15 407 332	-	15 407 332
	28 355 048	34 253	(2 086 870)	26 302 431	-	26 302 431
TOTAL	179 316 570	866 635	(10 409 243)	169 773 963	16 207	169 790 169

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

Descrição	2021-12-31	Aumentos	Reduções	2022-06-30
Depósitos à ordem	8 190 159	199 836 112	200 781 487	7 244 785
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	8 190 159	199 836 112	200 781 487	7 244 785

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2022, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	209 044	-	-	-	-	-	209 044
CHF	2 257 623	-	-	-	-	-	2 257 623
DKK	10 356 391	-	-	-	-	-	10 356 391
GBP	4 714 980	-	(3 889 800)	-	-	(3 889 800)	825 180
JPY	23 115 075	-	(408 652 500)	-	-	(408 652 500)	(385 537 425)
NOK	9 233 815	-	-	-	-	-	9 233 815
SEK	216 011	-	-	-	-	-	216 011
USD	3 488 064	-	8 419 200	-	550 860	8 970 060	12 458 124
Contravalor Euro	13 725 144	-	685 819	-	530 336	1 216 155	14 941 299

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2022 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	3 097 358	-	-	(79 503)	-	3 017 854
de 1 a 3 anos	62 788 063	-	-	-	-	62 788 063
de 3 a 5 anos	1 580 565	-	-	-	-	1 580 565
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2022, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	29 192 878	2 477 063	-	31 669 941
Unidades de Participação	73 111 432	-	-	73 111 432
Direitos	19 875	-	132 867	152 742

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	178 893 809	210 127 822
Carteira com derivados	142 710 011	176 232 710
	20,23%	16,13%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2022, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	1 109 949	0,57%
Comissão de Depósito	35 316	0,02%
Taxa de Supervisão	14 836	0,01%
Custos de Auditoria	2 248	0,00%
Encargos outros OIC	-	-
Outros Custos Correntes	63 182	0,03%
TOTAL	1 225 532	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumento a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros,

considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.